

Arleide Costa de Oliveira Braga

MICROCEFALIA

**Responsabilidade Civil nos Casos
de Omissão do Estado**

Curitiba
Juruá Editora
2019

Visite nossos sites na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9203-8

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900

Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –

Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Braga, Arleide Costa de Oliveira.

B813 Microcefalia: responsabilidade civil nos casos de omissão do Estado / Arleide Costa de Oliveira Braga – Curitiba: Juruá, 2019.
136 p.

1. Microcefalia. 2. Estado – Responsabilidade civil.
3. Direitos fundamentais. 4. Direito à saúde. I. Título.

CDD 344.0465 (22.ed)

CDU 342.7

00092

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	15
INTRODUÇÃO.....	17
Capítulo I A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS	21
1.1 OS DIREITOS HUMANOS E SEU RECONHECIMENTO NO PLANO INTERNACIONAL	21
1.2 OS DIREITOS HUMANOS E O SEU RECONHECIMENTO NO PLANO NACIONAL	27
1.3 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O BEM-ESTAR SOCIAL	31
Capítulo II A SAÚDE COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL SOCIAL.....	39
2.1 O CONCEITO DE SAÚDE COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL SOCIAL	39
2.2 A SAÚDE NO BRASIL: MARCOS LEGISLATIVOS HISTÓRICOS	44
2.3 A INSTITUIÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	46
2.4 A FUNÇÃO SOCIAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	47
2.5 O CONCEITO DE DEFICIÊNCIA E O EXERCÍCIO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS	50
Capítulo III A MICROCEFALIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS	59
3.1 A MICROCEFALIA E AS AÇÕES ESTATAIS PARA CONTENÇÃO DOS CASOS.....	59
3.2 DA ANÁLISE DE DADOS DA MICROCEFALIA.....	64
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS RELATIVAS À MICROCEFALIA E A AUSÊNCIA DO ESTADO	65

Capítulo IV	A EDIÇÃO DA LEI FEDERAL 13.301/2016 (“LEI DA MICROCEFALIA”) E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO BRASILEIRO	71
4.1	RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO DIANTE DA CRISE EPIDEMIOLÓGICA DA MICROCEFALIA ..	76
4.2	A POLÍTICA PÚBLICA-ORÇAMENTÁRIA BRASILEIRA NO COMBATE À MICROCEFALIA	78
4.3	DO DEVER ESTATAL DE INDENIZAR AS FAMÍLIAS: OMISSÃO	82
4.4	DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR CONDUTA COMISSIVA (NEGLIGÊNCIA)	85
4.5	DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO (CONDUTA OMISSIVA).....	87
Capítulo V	O PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL.....	91
5.1	O SURGIMENTO NA ALEMANHA E A APLICABILIDADE NO BRASIL	91
Capítulo VI	O POSICIONAMENTO DA SOCIEDADE EM CASOS DE MICROCEFALIA	97
6.1	O POSICIONAMENTO DA ONU E OUTROS ORGANISMOS INTERNACIONAIS FRENTE AO ABORTO EM CASOS DE MICROCEFALIA	97
6.2	ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO ABORTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	101
6.3	A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL FRENTE A MICROCEFALIA	106
6.4	DA EXPERIÊNCIA <i>IN LOCO</i> NO NORDESTE DE PERNAMBUCO	108
Capítulo VII	EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 894 DE 04.09.2019 – PENSÃO MENSAL	115
7.1	A MEDIDA PROVISÓRIA QUE INSTITUIU UMA PENSÃO ESPECIAL ÀS CRIANÇAS COM MICROCEFALIA DECORRENTE DO <i>ZIKA</i> VÍRUS.....	115
CONCLUSÃO		119
REFERÊNCIAS		121
ÍNDICE REMISSIVO		125